

PRÓ-ESCOLHA X PRÓ-VIDA: ANÁLISE SISTÊMICA DAS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS NAS DISCUSSÕES ON-LINE E PRESENCIAIS SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

PRO-CHOICE VS. PRO-LIFE: A SYSTEMATIC ANALYSIS OF COMMUNICATIONAL STRATEGIES IN ONLINE AND FACE-TO-FACE DEBATES ON THE DECRIMINALIZATION OF ABORTION

Carla Rizzotto*

Luciane Belin**

Camilla Hoshino***

Djiovanni Marioto****

Vitor Liebel*****

RESUMO:

Este artigo apresenta comparações entre as estratégias comunicacionais mobilizadas em debates on-line e presenciais a respeito da descriminalização do aborto, a partir do aprimoramento da metodologia que visa verificar o papel da interação na formação de preferências e opiniões. Sob uma perspectiva ampliada da deliberação, que considera a conversação cotidiana essencial ao processo decisório, realizamos análises de conteúdo de dois corpora distintos: o primeiro corpus, on-line, é composto por 5.777 comentários no Facebook, YouTube e Twitter em discussões sobre o tema; o segundo, presencial, consiste na audiência pública convocada pelo Senado Federal para debater a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.581, que assegura o direito ao aborto a gestantes infectadas com zika vírus. Os dados foram analisados a partir de 14 variáveis traçadas com base em Stromer-Galley (2007) que descrevem: tipo de pensamento; tema; forma; justificção da opinião; fonte da justificativa; estratégias retóricas; e recursos argumentativos. Foi possível identificar que, em cada corpus, homens falam mais do que mulheres, posicionando-se, nas conversações on-line, mais contrários à

* Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM/UFPR). E-mail: carlarizzotto84@gmail.com

** Doutoranda em Comunicação pelo PPGOM/UFPR, bolsista CAPES. E-mail: lucianebelin@gmail.com

*** Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFPR. E-mail: hoshino.camilla@gmail.com

**** Doutorando em Ciência Política pela UFPR. E-mail: djiovannimarioto@gmail.com

***** Mestre em Comunicação pelo PPGCOM/UFPR. E-mail: liebel.vitor@gmail.com

descriminalização. Também em ambos os corpora, pessoas que se posicionam favoravelmente apresentam argumentos *estruturais*, enquanto as contrárias utilizam falas *relacionais* ao tema. Nos dois ambientes, os indivíduos justificam posicionamentos calcados majoritariamente na experiência ou opinião pessoal, porém, quando o debate é intermediado pela internet, há maior uso de sarcasmo, analogias e insultos. Os resultados também permitiram delinear uma série de hipóteses a respeito desse tipo de conversação, que poderão ser verificadas em pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE:

Conversações on-line, deliberação, descriminalização do aborto.

ABSTRACT:

From the improvement of the methodology that aims to verify the role of interaction in the formation of preferences and opinions, this article compares the communication strategies adopted by individuals in online and face-to-face debates regarding the decriminalization of abortion. Based on a broader perspective of deliberation, which deems everyday conversation as being essential to decision-making, this study consists of a content analysis conducted in two different corpora: an online corpus, which comprised 5,777 comments from Facebook, YouTube, and Twitter on discussions around the subject; and a face-to-face corpus, consisting of a public hearing summoned by the Federal Senate to debate the 5,581 Direct Action of Unconstitutionality, which guarantees the right to abortion for pregnant women contaminated by the Zika Virus. Data were analyzed using 14 variables that describe the type of thinking, theme, form, opinion justification, source of justification, rhetorical strategies, and argumentative resources - as described by Stromer-Galley (2007). Both corpora indicate that most discourses on the theme pertain to men, who likewise tend to position themselves against decriminalization in online conversations more than female users. Whereas people who maintain a favorable opinion towards decriminalization present structural arguments, those in opposition to it adopt an interpersonal discourse. In both environments, individuals justify their positions mostly based on their experience or personal opinion; however, in online environments, sarcasm, analogies, and insults are more recurring. The results allow the outline of a series of hypotheses regarding this type of conversation, which could be verified in future researches.

KEYWORDS:

Online conversations, deliberation, abortion decriminalization.

INTRODUÇÃO

Seja em casa, protegida pelo escudo da tela do computador, ou numa sala de audiências oficiais, cercada por ações protocolares e formalidades, a temática do aborto voluntário enquanto direito das mulheres tende a mobilizar opiniões e paixões, evocando mais do que aspectos técnicos para pautar suas manifestações, mas religiosos, morais, filosóficos, sociais, econômicos e de saúde pública, para citar apenas alguns.

Este artigo é parte de uma pesquisa que visa verificar o papel da interação na formação das preferências e opiniões dos indivíduos em conversações on-line sobre essa temática: a descriminalização do aborto. Aqui, aplicamos o mesmo protocolo metodológico para análise também de conversações presenciais, traçando hipóteses gerais comparativas sobre as estratégias comunicacionais utilizadas nos dois ambientes. As arenas de conversação e deliberação para as quais direcionamos o nosso olhar são o debate presencial ocorrido em audiência pública convocada pelo Senado Federal em 2018 e as conversações on-line realizadas em redes sociais digitais, mais especificamente em 5.777 comentários postados nas plataformas Facebook, YouTube e Twitter em publicações sobre o tema. O material empírico nos fornece indícios para responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais as diferenças entre as estratégias comunicacionais mobilizadas pelos indivíduos em interação para exposição de suas preferências e opiniões sobre a temática do aborto nos contextos específicos dos dois ambientes analisados? Como objetivo específico pretendemos aprimorar a metodologia para que em estudos futuros as hipóteses aqui elencadas possam ser efetivamente verificadas.

Para tanto, este artigo está estruturado em quatro tópicos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, apresentamos um breve panorama sobre a discussão a respeito do aborto legal no Brasil e, mais especificamente, do recorte que nos interessa mais objetivamente neste artigo: a audiência pública realizada sobre o tema em 2018.

Em seguida, são evocados alguns dos autores que fornecem a base teórica para a discussão proposta e para a elaboração das variáveis consideradas na análise. Teoricamente, esta pesquisa calca-se em uma perspectiva ampliada da deliberação (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2011; STROMER-GALLEY, 2007, 2014; YOUNG, 2001), que considera não apenas os processos tradicionalmente deliberativos e de troca pública de razões, mas entende que também as conversações cotidianas são importantes fenômenos comunicacionais que contribuem com a tomada de decisões, respeitando as nuances da deliberação pública e da democracia deliberativa.

No terceiro e no quarto tópicos, respectivamente, detalhamos a metodologia utilizada, suas variáveis e respectivas categorias de análise, e apresentamos os principais resultados dos cruzamentos, observados analiticamente. Exploramos os resultados da análise visando aferir a adequação das variáveis aos dois tipos de ambientes e traçar hipóteses que orientarão a efetiva comparação entre as conversações on-line e presencial na continuidade desta pesquisa.

ABORTO EM DEBATE

Nos dias 3 e 6 de agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi palco de uma audiência pública que reuniu mais de 40 representantes da sociedade civil para discutir a pauta do aborto voluntário até a 12ª semana. O assunto foi introduzido por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) e pelo Anis: Instituto de Bioética, em 7 de março de 2017. O debate representou um recorde de pedidos de instituições interessadas em apresentar argumentos aos ministros, os chamados *amicus curiae*, iniciando o diálogo oficial da Corte com a sociedade para subsidiar a decisão sobre o tema.

A ADPF 442 questiona os artigos 124 e 126 do Código Penal. Os autores da ação pedem que se exclua do âmbito dos dois artigos a criminalização do aborto nas primeiras 12 semanas de gestação, alegando que ferem princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a inviolabilidade da vida, a liberdade, a igualdade, a proibição de tortura ou o tratamento desumano e degradante, a saúde e o planejamento familiar das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos.

A troca de argumentos favoráveis e contrários à descriminalização do aborto a partir da ADPF 442 reapareceu em meio a uma onda de fôlego para o movimento feminista dentro do cenário internacional e de visibilidade midiática, tanto com a aprovação da legalização do aborto na Irlanda, em maio de 2018, quanto com a votação da mesma pauta no Congresso argentino, em junho do mesmo ano. Entre os grupos envolvidos nesse debate polarizado, podemos destacar a presença de um polo pró-vida e um polo pró-escolha. Desde então, novos projetos de lei relacionados à temática foram protocolados na Câmara de Deputados e no Senado. Com o tema em pauta na agenda política, as discussões se ampliaram para outras arenas não deliberativas, como a midiática, em campanhas de ativismo digital, audiências públicas e em conversações cotidianas.

Atualmente, apesar de haver particularidades jurídicas dentro do território nacional, é possível destacar, pelo menos, cinco estágios para a legislação sobre o aborto no mundo. O primeiro inclui países mais liberais, nos quais o aborto é permitido. É o caso dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Rússia, África do Sul, Uruguai e, mais recentemente, Irlanda. A maioria prevê um limite para a interrupção não justificada da gestação até a 12ª semana.

Comum em países da América Latina e da África é o tipo de legislação que permite o aborto para “preservar a saúde”, termo compreendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para designar bem-estar mental, físico e social. Estão inclusos nesse perfil países como a Colômbia, Peru, Argentina, Arábia Saudita, Tailândia e Polônia. Ainda há uma categoria de países que permite o procedimento com base em fatores sociais e econômicos, que é o caso apenas da Finlândia, Japão, Islândia, Reino Unido, Índia, Etiópia e Zâmbia. Já Nicarágua, Honduras, Angola, Egito, Iraque, Senegal e outros dez países são lugares em que o aborto é completamente proibido.

O Brasil se encontra na categoria dos países que permitem o aborto em casos de risco para a saúde da mulher. Nesse perfil, as leis preveem exceções em que não há penalidade pelo procedimento - por exemplo, em casos de estupro ou anencefalia do feto. O julgamento da ADPF 442, portanto, colocaria o Brasil em outro patamar de garantia de direitos. Mas, desde a audiência pública no STF, 19 novos projetos de lei foram protocolados na Câmara e no Senado para restringir ou dificultar o acesso ao aborto. Eles se unem a outras 28 tentativas de barrar a prática, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29.2015, desarquivada em 2019, que explicita “a inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção”, proibindo o procedimento em qualquer ocasião, inclusive nos casos já previstos por lei. Enquanto isso, não há previsão do STF para a ADPF 442 retornar à agenda.

Por conta de todas as nuances e perspectivas envolvidas, a questão da descriminalização do aborto é endereçada frequentemente com discussões inflamadas e acaloradas, seja em debates formais, seja nos informais. Para tratar de dois ambientes distintos, um com características de conversações cotidianas, outro institucionalizado, baseamos esta pesquisa na teoria deliberacionista, sobre a qual trataremos a seguir.

CONVERSAÇÕES EM DIFERENTES ESPAÇOS

Em uma realidade amplamente midiaticizada, a esfera pública é atravessada por numerosos mecanismos e ambientes de deliberação e conversação, cada qual dotado de características e *affordances* que moldam o andamento dos processos de trocas e negociações comunicativas que ali ocorrem. Dedicada a examinar esses diferentes espaços de discussão, a vertente teórica consolidada em torno do conceito de esfera pública que se convencionou chamar de teoria deliberacionista vem, nos últimos anos, conciliando estudos que se debruçam sobre os espaços formais de deliberação - fóruns governamentais, audiências públicas, arguições em eventos ligados aos poderes públicos, por exemplo -, mas também sobre aqueles que ocorrem em ambientes informais ou não diretamente dedicados à tomada de decisão: as conversações cotidianas, muitas vezes realizadas em uma ampla gama de fóruns digitais como as redes sociais on-line, por exemplo. Essas diferentes arenas de debate são, para muitos autores, complementares e necessárias.

Há, segundo Maia (2012), diferentes tradições que sustentam teorias deliberativas. Algumas enfatizam o papel das instituições constitucionais - a democracia representativa -, outras compreendem que os indivíduos podem ter outros tipos de participação além do voto.

Muitos democratas deliberativos parecem concordar que a deliberação pública e a comunicação podem aumentar a democracia e que o raciocínio público e a formação discursiva, a opinião e a vontade política podem fornecer meios mais democráticos e justos para lidar com o pluralismo do que os modelos agregativos e elitistas de democracia. A maioria parece concordar que a deliberação pública entre cidadãos livres e iguais sobre questões de interesse comum, por meio do uso público da razão, leva à tomada de decisões políticas legítimas e ao autogoverno democrático. Finalmente, a maioria dos democratas deliberativos critica instituições que não seguem um padrão normativo e argumentam que a democracia deliberativa deve ser considerada uma expansão, e não uma alternativa à democracia representativa (MAIA, 2012, p. 14).

Esse panorama sobre o papel do debate no contexto democrático foi sendo ampliado e ganhou novos desdobramentos à medida que a internet foi galgando novas posições na arena política, gerando novas formas de influência e alcançando públicos cada vez mais amplos. No entanto, as esferas institucionais não ficaram menos importantes, o que evidencia a importância dos múltiplos olhares.

Ao levantar as particularidades das conversações cotidianas e seus efeitos para a democracia deliberativa e debater o papel dos chamados “espaços periféricos” do sistema deliberativo, Marques, Mendonça e Maia (2007) concluem que cada uma dessas esferas é delineada por “processos argumentativos internos, mas também outros que ultrapassam esse escopo, cruzando transversalmente discursos proferidos em outras esferas” (MARQUES; MENDONÇA; MAIA, 2007, p. 13).

Nossa abordagem se aproxima da vertente crítica que busca resgatar a essência do modelo deliberativo na produção de esferas públicas, contribuindo para análises não apenas focadas em estruturas democráticas formais, mas em suas interações mais amplas com espaços que permeiam a vida coletiva dos cidadãos comuns, como as conversações face-a-face e on-line, em redes sociais, blogs e aplicativos em geral (DRYZEK, 2000; MANSBRIDGE, 1999; YOUNG, 2000; 2001). Ao se debruçar sobre dinâmicas distintas, busca-se identificar e compreender as particularidades de cada processo, seja olhando para as plataformas, seja para as pessoas e seus comportamentos quando em cada uma das situações em questão.

Um dos mais difíceis e importantes desafios para os democratas deliberativos é entender como os vários locais e tipos de deliberação são habilitados e restringidos por seus ambientes, como eles interagem com instituições estabelecidas, como a deliberação se traduz da deliberação presencial em larga escala e como, de maneira mais geral, a deliberação contribui para os sistemas políticos democráticos (BÄCHTIGER et al., 2019, p. 15).

Nesse sentido, a presente pesquisa parte da ideia de que tanto cidadãos quanto representantes políticos discutem questões de interesse público, em processos anteriores a uma determinada votação, com o objetivo de compreender melhor as questões e interesses em jogo, bem como percepções própria e alheias, seja em concordância ou em conflito (BÄCHTIGER et al., 2019).

Como aponta Mendonça (2016), muitas propostas de análises comparativas entre discussões on-line e interações face-a-face desconsideram as especificidades de cada um desses espaços, caindo em modelos de análise que se mantêm em elementos centrais do processo deliberativo tradicional, a partir de indicadores mensuráveis e esquemas de codificação detalhados, sem, no entanto, aprofundar o conhecimento sobre a questão em debate. Segundo o autor, essa conduta pode “obstruir a interpretação da deliberação como um processo político” (p. 272). Consideramos, portanto, que embora não se possa prever os efeitos políticos, olhar os fenômenos interacionais aqui apresentados

a partir de outras nuances contextuais, possibilita ultrapassar a identificação da “qualidade deliberativa” dessas trocas, contribuindo para o objetivo de verificar o papel da interação na formação das preferências e opiniões dos indivíduos sobre uma temática em específico - a do aborto.

É para entender a contribuição que cada instância oferece à pluralidade do debate que se torna necessária a análise sistêmica dos diferentes espaços onde acontecem as discussões. O tipo de troca que acontece nas redes sociais on-line envolve sujeitos distintos, em situações diversas daqueles que estão nas arenas presenciais, especialmente quando se trata de um público que já tem uma agenda específica - o caso da audiência pública, por exemplo.

Stromer-Galley (2007) lista três principais motivações que levam as pessoas a discutir política usando a internet como mediadora, relacionadas a características de cada plataforma e seu efeito sobre os sujeitos envolvidos: a ausência de pistas não-verbais, um senso reduzido de presença e a sensação evidenciada de anonimato. Assim, a comunicação on-line seria marcada por maior distanciamento entre os sujeitos, que se sentem mais confortáveis para expressar pontos de vista conflituosos sem se preocupar com as consequências ou a repercussão, diferente do que acontece quando as trocas se dão em situações presenciais.

O contexto social que agora inclui a Internet, portanto, permite que um grupo de pessoas participe de conversas políticas que talvez não tenham tido uma saída ou que não tenham se sentido à vontade em fazê-lo em ambientes interpessoais. Um grupo potencialmente novo de conversadores políticos pode estar emergindo com a ajuda do contexto on-line, adicionando vozes à esfera pública, embora o corpo dessas vozes permaneça fisicamente “privado” (STROMER-GALLEY, 2007, p. 37).

Assim, os debatedores se moldam aos espaços on-line, incorporando algumas características e particularidades do ambiente onde as discussões acontecem e ressignificando outros. Não apenas os traços são diferentes de uma conversa que acontece face a face, mas também há distinções entre uma plataforma e outra.

Entre os fatores que afetam a deliberação on-line em espaços como o Facebook, o YouTube e o Twitter estão critérios como a velocidade de resposta - ou a possibilidade de responder instantaneamente ou de elaborar com tempo e com calma o tipo de retorno que se dará a uma mensagem recebida, um aspecto conhecido na teoria deliberativa como “sincronicidade” (MAIA; REZENDE, 2016). Enquanto as conversas presenciais são

síncronas, as on-line são essencialmente assíncronas, no sentido de que as trocas não acontecem simultaneamente. Algumas plataformas, como os aplicativos de bate-papo, permitem resposta imediata às comunicações recebidas, o que não significa que sejam síncronas no mesmo sentido que uma troca presencial.

Há, ainda, aspectos como a presença de moderação e os níveis de anonimato que podem ser considerados ao realizar a comparação entre os diferentes tipos de plataformas e de interação. Esses foram alguns dos critérios identificados por Maia et al. (2015) ao observar três espaços distintos de conversações on-line: blogs, sites de redes sociais e plataformas colaborativas. Na análise, as pesquisadoras notaram que *affordances* ligadas a temporalidades, como a sincronicidade, e à interface, como a moderação e a identificação dos autores, influenciam o andamento das discussões.

Na rotina de uso dessas plataformas, as características e *affordances* das mesmas também contribuem para evidenciar alguns aspectos intrínsecos às trocas comunicativas, como a presença de reciprocidade e o uso da emoção. Este último aspecto é particularmente de nosso interesse, pois adotamos a perspectiva alternativa à democracia deliberativa de Iris Young (2001), na qual a autora sugere que nem todo debate parte da troca de razões, mas que as conversações também são influenciadas por aspectos culturais e emocionais, e por recursos argumentativos que vão além da pura literalidade; portanto, argumentos pautados em linguagem figurativa, por exemplo, devem ser valorizados como parte relevante das discussões. Young (2001) propõe “três elementos que uma concepção mais ampla da democracia comunicativa requer, além de argumentação crítica: saudação, retórica e narração” (p. 380). Essas formas de se endereçar aos interlocutores são importantes pois ajudam a construir o entendimento, a partir de recursos como as histórias de vida, contidas na narração, por exemplo.

Em paralelo à observação desses elementos que vão além da troca de razões, este artigo trata das particularidades de diferentes espaços de discussão, a partir de uma análise sistêmica das estratégias comunicacionais nas discussões on-line e presenciais sobre a descriminalização do aborto. Foram observados tanto o debate presencial ocorrido em audiência pública convocada pelo Senado Federal, quanto uma amostra de 5.777 comentários postados nas plataformas Facebook, YouTube e Twitter em discussões sobre o tema, conforme exposto na seção metodológica a seguir.

METODOLOGIA

O operador teórico-metodológico desta pesquisa é a concepção ampliada da deliberação, que entende (1) que as conversações cotidianas têm papel essencial nos processos deliberativos, e (2) que os participantes mobilizam estratégias comunicacionais para além da racionalidade com o objetivo de colocar em perspectiva suas diferenças culturais. As variáveis de análise de conteúdo expostas na Tabela 1 foram elaboradas tendo como base as discussões acerca dessas questões, expostas na introdução deste artigo, realizadas por autores como Iris Young (2001), Jennifer Stromer-Galley (2007), Jane Mansbridge (2009), John Dryzek (2007) e Rousiley Maia (2008).

Quadro 1: Livro de códigos

V1	Posicionamento	Favorável
		Contrário
		Neutro
		Indeterminado
V2 a V4	Tipo de pensamento	Social (variável binária)
		Metaconversa (variável binária)
		Problema (variável binária)
V5	Tema	Off-topic
		Relacional
		Estrutural
		Indeterminado
V6	Racionalidade	(variável binária)
V7	Fonte da justificativa	Pessoal
		Mídia
		Religiosa
		Científica
		Outra
V8	Forma	Declaração/afirmação
		Ponto de vista oposto
		Esclarecimento
		Questionamento
		Proposição de solução
		Chamada para ação
		Estabelecer conflito
V9	Estratégia retórica	Propositiva/Pragmática
		Sedutora/Emocional
		Ético-moral/Ideológica
		Crítica/Credibilidade
		Não se aplica

V10 a V14	Recursos argumentativos	Ameaça (variável binária)
		Sarcasmo (variável binária)
		Analogia (variável binária)
		Narração (variável binária)
		Insulto (variável binária)

Fonte: adaptado de Rizzotto (2018).

Em primeiro lugar, é imprescindível identificar o posicionamento (V1) dos participantes em relação ao tema discutido. Essa variável assumirá a função de variável independente, que permitirá verificar correlações entre as estratégias comunicacionais e o juízo dos indivíduos. Neste momento, além da opinião, buscaremos também elencar os principais argumentos que a sustentam. Porém, essa variável não pôde ser aplicada ao corpus presencial, composto por falas de uma audiência pública que, pressionada pela Frente Parlamentar Evangélica, reuniu somente indivíduos com posicionamento convergente.

O tipo de pensamento avalia aspectos deliberativos das conversações: a presença do comentário social (V2) aproxima os participantes pela construção de laços sociais; a metaconversação (V3) indica a existência de reflexão sobre o que já foi dito em outro momento do debate; e a presença do problema (V4) demonstra o foco nos tópicos centrais da conversação. Por sua vez, o tema (V5) permite perceber de que forma os indivíduos orientam a exposição de suas opiniões. Combinados, os tipos de pensamento e o tema são indicativos de engajamento e igualdade, dois critérios normativos importantes para a avaliação de processos deliberativos.

A racionalidade (V6) e a fonte da justificativa (V7) também são variáveis relacionadas aos aspectos deliberativos. Consideramos como racional o comentário que apresenta justificativa para seu posicionamento, independentemente de suas características, que serão descritas justamente por meio da fonte (V7). Justificativas com fonte pessoal caracterizam-se como mais frágeis do que aquelas com fonte midiática ou científica, por exemplo. A fonte pessoal estabelece uma “razão”, mas não fornece sentido material para tal.

A forma (V8) indica de que maneira o comentário se coloca na discussão, compondo, juntamente da estratégia retórica (V9) e os recursos argumentativos (V10 a V14), a classe de variáveis que possibilitarão o entendimento sobre a diferença de estratégias de convencimento entre diferentes grupos.

As variáveis descritas foram elaboradas de forma que pudessem ser aplicadas para os mais diversos temas de pesquisa; porém, na ocasião da elaboração foram pensadas para a análise de conversações on-line. É objetivo específico deste artigo, ressaltamos, adaptar tal metodologia para a análise de conversações presenciais, para que, em pesquisas futuras, possamos proceder com comparações válidas entre conversações nos mais diversos ambientes de deliberação, sejam eles formais ou informais, on-line ou presenciais.

Passamos agora à exposição da composição dos *corpora* de análise. O corpus on-line é composto por comentários postados nas plataformas Twitter, Youtube e Facebook, selecionados a partir dos seguintes critérios: no Twitter foram coletados os tuítes em português, excluídos os retuítes postados no dia 28 de setembro de 2018, Dia Latino e Caribenho pela Descriminalização do Aborto, totalizando um universo de 1.856 tuítes que, com cálculo amostral com erro de 2% e nível de confiança de 99%, resultou em uma amostra de 1.048 tuítes; no Youtube foram coletados os comentários dos três vídeos sobre o tema com o maior número de comentários, postados em 2018, sendo um de mídia tradicional (portanto, neutro, a princípio) e dois de canais particulares com posições claramente opostas, totalizando um universo de 8.323 e uma amostra de 2.768 comentários; no Facebook, foram coletados os comentários do post mais comentado, de 2017 ou 2018, de cada uma das seguintes páginas: jornais (El País, Folha de São Paulo, Estadão, O Globo) e mídia alternativa (Quebrando o Tabu e Catraca Livre), totalizando um universo de 10.087 e uma amostra de 2.939 comentários. A amostra final analisada foi de 6.755 comentários, sendo cada um deles uma unidade de análise.

O corpus presencial é composto por unidades de análise advindas da audiência pública chamada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado para debater o aborto em caso de grávidas infectadas pelo zika vírus, realizada em 25 de abril de 2019. Ela trata da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.581, que foi protocolada em 2016 pela Associação Nacional dos Defensores Públicos e entrou em pauta novamente em 2019, pois o STF havia sinalizado a intenção de julgá-la no final de maio. Por iniciativa da Frente Parlamentar Evangélica, a audiência pública durou 5 horas e 51 minutos e foi transmitida pelos canais oficiais do Senado. Na ocasião, a mesa mediada pelo senador Eduardo Girão (PODE-CE), autor do requerimento da audiência pública, contou com especialistas da área médica, ativistas antiaborto - os chamados pró-vida - e representantes da sociedade civil, que prestaram depoimentos e trouxeram histórias de vida para justificar seu posicionamento contra a descriminalização do aborto no caso específico do zika vírus.

O primeiro desafio em relação à codificação e análise de um corpus presencial diz respeito à unitarização. No caso da análise de comentários de plataformas on-line, as unidades usualmente são as pré-definidas pelas próprias limitações e *affordances* das plataformas, que determinam ou ao menos influenciam o tamanho e o formato dos comentários. No entanto, a discussão oral tem um formato mais fluido e menos propenso a pré-definições de unidades. Tendo isso em vista, desenvolvemos algumas diretrizes para guiar a unitarização do conteúdo das falas da sessão ordinária. O primeiro passo foi a transcrição das falas. Em seguida, essa transcrição foi dividida em seções referentes a cada falante, o que permitiu eliminar as falas do moderador e as falas proferidas fora do microfone, que em geral eram irrelevantes ou consistiam em interrupções seguidas da repetição da fala no microfone. O último conteúdo eliminado foi a transcrição do áudio referente ao filme exibido durante a sessão, o que caracteriza um objeto distinto do recorte deste trabalho.

Após a definição desse corpus inicial, a transcrição foi relida cuidadosamente com o intuito de definir as unidades de análise que seriam codificadas. Para viabilizar a comparação com a parcela on-line do corpus, formado por comentários em plataformas on-line, era necessário que cada unidade de análise representasse um fragmento discursivo minimamente estruturado, que pudesse ser submetido à metodologia projetada na pesquisa ampla.

O primeiro parâmetro para unitarização é a divisão por falantes; no entanto, o corpus era composto majoritariamente por depoimentos longos em formato de monólogo, com poucos turnos de fala, de modo que unitarizações baseadas nessa lógica (por exemplo, conforme proposto por MYERS, 2007) resultariam em poucas unidades, portanto incompatível para a comparação com o corpus proveniente de comentários on-line. Outra possibilidade era uma análise argumentativa nos moldes de Liakopoulos (2007), na qual a unidade, o texto em si, é decomposta em argumentos que consistem em garantia, dados, apoio, proposição e refutação (sendo que um argumento não necessariamente inclui todos esses elementos). No entanto, como o próprio autor propõe, esse tipo de análise perpassa pela “sintetização dos pontos principais em um parágrafo” (p. 241), de modo que a codificação não seria enraizada no texto em si, mas sim na interpretação dos codificadores acerca dos pontos principais da argumentação. A fim de tornar essa divisão mais objetiva e embasada nas falas dos depoentes, utilizamos como delimitadores de unidades, além dos elementos argumentativos, elementos gramaticais

que sinalizassem a introdução de tópicos novos (“Agora, a gente precisa falar sobre...”) e conjunções conclusivas (“desse modo”, “assim”, “logo”), que apontam o término de um raciocínio e, portanto, de uma unidade de análise estruturada com um significado completo.

Apesar do caráter subjetivo e arbitrário inerente a qualquer tipo de unitarização baseada na interpretação do pesquisador, o contexto da sessão ordinária já exige que seus falantes tenham um discursivo minimamente organizado e formal, o que favoreceu a identificação dos elementos expostos acima e facilitou o processo de unitarização pautado na busca por fragmentos discursivos estruturados. Essa metodologia continua sendo aprimorada, mas mostrou-se eficaz para definir unidades que se adequaram à metodologia deste projeto e para gerar dados que pudessem ser comparados com os provenientes dos comentários de plataformas on-line. Tendo dito isso, é relevante apontar que o tempo de fala dos participantes da sessão ordinária não foi o mesmo para todos, de modo que depoentes com mais tempo consequentemente representaram um percentual maior dentro do universo de unidades de análise. Também é importante ressaltar que este elemento da metodologia também tem efeito nos resultados encontrados, de modo que outras estratégias de unitarização poderiam fazer emergir outros pontos relevantes de análise.

ANÁLISE: ELABORANDO NOVAS PERGUNTAS

Esta seção apresenta os resultados das duas análises efetuadas, lado a lado. Ressaltamos que nosso material empírico é formado por duas partes que, devido à sua natureza, não são diretamente comparáveis. Dessa forma, o que fazemos aqui é contrapor os dois *corpora*, de modo a levantar hipóteses gerais sobre as diferenças entre as conversações nos dois ambientes.

Para a realização da análise, foi utilizado o software estatístico SPSS pertencente à International Business Machines (IBM). Inicialmente, tanto o corpus presencial quanto o on-line foram submetidos a uma limpeza manual para verificar possíveis duplicatas. Após a limpeza, foram iniciados os primeiros testes. Para uma melhor visualização dos dados, foram produzidas as frequências simples, seguidas da criação de tabelas de referência cruzada, levando em consideração as variáveis dependentes e independentes em conjunto com a execução de testes estatísticos para verificar a dependência e relação entre as variáveis.

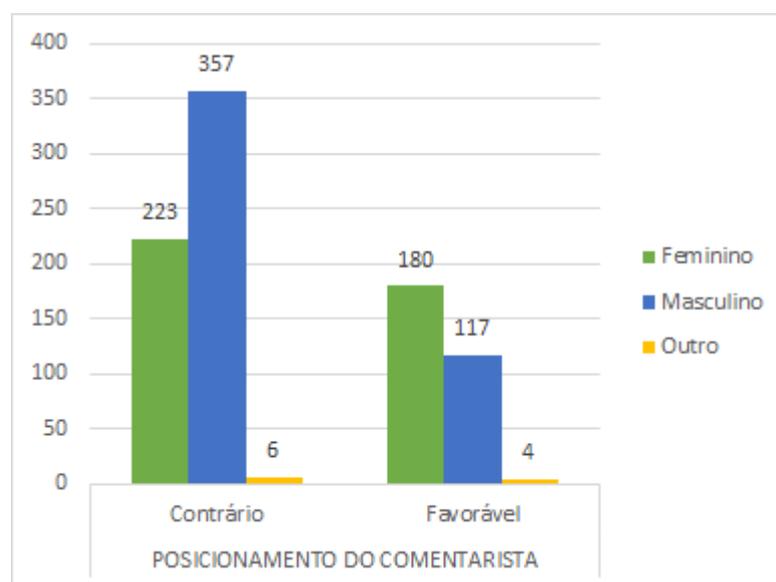
POSICIONAMENTO

Como já foi mencionado, a discussão pública presencial analisada, convocada pelo CAS por pressão da Frente Parlamentar Evangélica, teve somente a participação de convidados contrários à descriminalização do aborto. Para a comparação efetiva entre ambientes diferentes, é essencial que ambos os *corpora* sejam compostos por falas de indivíduos que apresentem, em algum nível, posicionamentos opostos. Por essa razão, essa variável, neste momento, não nos importa em termos comparativos entre os dois ambientes, mas como trata-se de uma das variáveis independentes (sendo as outras o gênero do comentarista e a plataforma na análise do corpus on-line, ou seja, como dela dependem os cruzamentos das outras variáveis, consideramos importante expor seus resultados.

Não foi possível identificar o posicionamento de 59,7% dos comentários. Dos demais, 60,8% eram contrários à descriminalização e 39,1% eram favoráveis. Os posicionamentos contrários apresentaram os seguintes argumentos: há vida desde a concepção, utilizando o argumento de que, segundo a embriologia, o feto já é considerado uma vida desde o momento em que é concebido ou então que o feto sente dor, pois já se trata de um ser vivo (28,6%); prevenção, apoiando-se na prevenção da gravidez como forma de se opor ao aborto (19,4%); contrário à esquerda ou ao feminismo, esvaziando o debate com a justificativa de que se trata de uma pauta ideológica de esquerda (5,3%); religião, utilizando-se das crenças religiosas enquanto base da argumentação (2,3%), além de 31,7% que apresentavam somente o posicionamento sem argumento identificável e 12,5% que apresentavam outros argumentos. Os posicionamentos favoráveis foram pautados sobretudo nos seguintes argumentos: decisão da mulher, defendendo que a mulher é a responsável pela decisão e que tal decisão deve ser respeitada (20,8%); saúde pública, argumentando em direção à morte das mulheres que abortam mesmo com o aborto sendo considerado crime (16,1%); não há vida até formação do sistema nervoso central, colocando-se contrariamente ao argumento “pró-vida”, que defende que há vida desde a concepção (9,3%); modernização da legislação, justificando a necessidade de se modernizar a legislação, muitas vezes apresentando uma perspectiva comparativa com outros países (3,6%), além de 36,1% que apresentavam somente o posicionamento sem argumento identificável e 13,9% que apresentavam outros argumentos.

No Gráfico 1 assinala-se o cruzamento entre posicionamento e gênero do comentarista:

Gráfico 1: Posicionamento x Gênero (on-line)



Fonte: Próprios autores.

Há a presença superior de comentaristas do gênero masculino, que em sua maioria são contrários à descriminalização do aborto. As mulheres também assumem mais o posicionamento contrário; porém, a diferença entre estas e as favoráveis é significativamente menor. Elas são, assim, as principais apoiadoras da descriminalização. No ambiente presencial, só podemos apontar nesse momento a relação entre a presença de mulheres e homens no debate: foram ouvidas 12 mulheres e seis homens, mas o tempo de fala dos homens ocupou 50,8% do total da audiência, contra 49,1% do tempo ocupado pelas mulheres. Sendo assim, nos dois ambientes, os homens falam pouco a mais do que as mulheres, ainda que esse seja um assunto que diz respeito fundamentalmente a elas.

TIPO DE PENSAMENTO

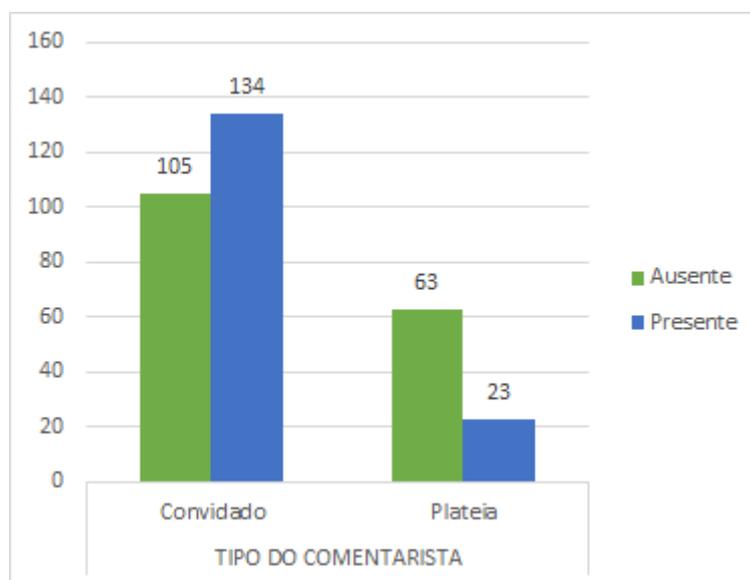
Nos dois ambientes, o tipo de pensamento mais frequente foi aquele focado no tópico de discussão (*problema*), presente em 70,4% das unidades de análise do debate on-line e em 86,1% das unidades de análise do debate presencial. As frequências diferem, entretanto, nos outros dois tipos de pensamento; no debate on-line a *metaconversação* apareceu somente em 20,1% dos comentários, enquanto no presencial, apareceu em 48,3%; já o *social*, ou seja, a tentativa de estabelecimento de laços com os interlocutores, esteve presente em 24,3% das unidades on-line e em 36,6% das presenciais.

Daí depreendemos nossa primeira hipótese de pesquisa (H1):

H1 - Há um maior engajamento por parte dos indivíduos nos debates presenciais, pre-ocupando-se mais em estabelecer laços com os interlocutores.

No ambiente presencial, além do gênero enquanto variável independente, observamos também a relação das variáveis com o tipo de comentarista, já que a audiência contou com a participação de convidados especialistas, mas também permitiu a participação da plateia. Nesse cruzamento, nota-se que a frequência do *problema* e do *social* é similar. No entanto, a *metaconversação* é significativamente mais presente nas falas dos convidados do que na fala da plateia, conforme observado no Gráfico 2:

Gráfico 2: Metaconversação (presencial)



Fonte: Próprios autores.

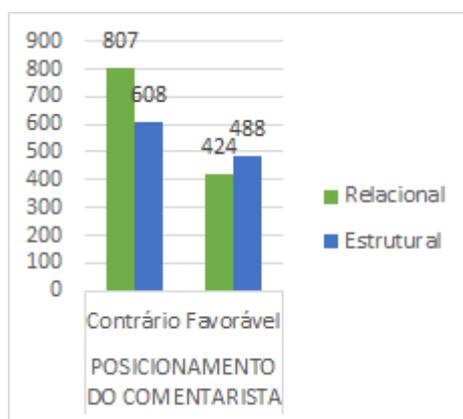
A posição do convidado enquanto especialista no assunto explica essa frequência, pois há a necessidade constante de esclarecer a própria fala, uma vez que ela é proferida de uma posição hierarquicamente superior para uma plateia composta sobretudo por indivíduos leigos, ou, pelo menos, assim vistos pelos especialistas.

TEMA

Nas conversações realizadas nas plataformas das redes sociais, 20,2% dos comentários eram *off-topic*, 33,8% *relacionais* e 22% *estruturais*. Na temática do aborto, consideramos *estruturais* os comentários que tratavam diretamente da descriminalização (ou seja, dos aspectos jurídicos e legais da questão) e *relacionais* os que abordavam

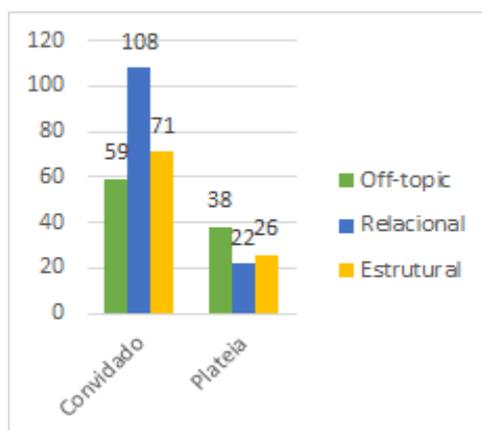
assuntos adjacentes, pautando o debate sobretudo religiosa ou moralmente. Nesse quesito, há uma diferença considerável entre os temas abordados pelos indivíduos com posicionamentos diversos, conforme mostra o Gráfico 3:

Gráfico 3: Tema (on-line)



Fonte: Próprios autores.

Gráfico 4: Tema (presencial)



Fonte: Próprios autores.

Os contrários à descriminalização abordam principalmente temas *relacionais*; enquanto os favoráveis pautam a discussão nos temas *estruturais*. Isso fica evidente quando observamos os tipos de argumentos arregimentados, já abordados na seção de Posicionamento: somente um argumento dos contrários (prevenção) não possui foco ético-moral, todos os demais - vida desde a concepção, pauta ideológica de esquerda e religião - residem nesse eixo; enquanto dois dos principais argumentos dos favoráveis (saúde pública e modernização da legislação) evidenciam a necessidade de se discutir a questão do ponto de vista da justiça social.

Na conversação presencial, composta exclusivamente por sujeitos contrários à descriminalização, a presença de temas *relacionais* (40,1% do total) foi mais frequente.

Na comparação entre os tipos de comentaristas, que pode ser observada no Gráfico 4, nota-se que a plateia tende a desviar do tema com mais frequência e que os convidados realizam, na maior parte do tempo, uma discussão apoiada em temas relacionais.

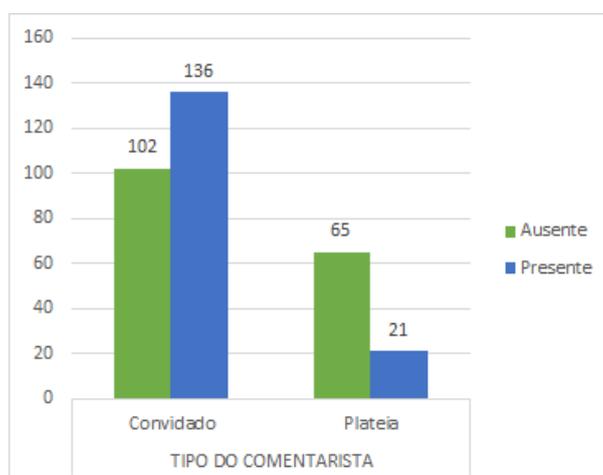
Daí inferimos nossa segunda hipótese (H2), válida, entretanto, somente para essa temática específica:

H2 - Independentemente do tipo de ambiente em que se dá a discussão, os indivíduos contrários à descriminalização do aborto não discutem a descriminalização em si, mas o aborto enquanto prática. Em direção oposta, os favoráveis não pautam seus argumentos na prática individual, mas no problema coletivo.

RACIONALIDADE E FONTE

Os comentaristas on-line justificaram sua opinião (V6) em 40,6% das vezes. Os favoráveis foram mais racionais (77,1%) do que os contrários (70,5%). O principal índice de não-racionalidade se localiza, assim, entre aqueles que não sugerem um posicionamento claro, ou seja, é bastante frequente que havendo defesa de um ponto de vista, consequentemente haja justificativa para tanto. Não há diferença significativa de presença de racionalidade entre homens e mulheres. Já no debate face a face a justificativa se fez presente em 48,4% das unidades de análise. Há uma importante diferença entre as falas dos especialistas e da plateia, sendo os primeiros mais racionais que os segundos, como mostra o Gráfico 5, o que é esperado justamente devido ao papel de perito assumido por eles na audiência.

Gráfico 5: Racionalidade (presencial)



Fonte: Próprios autores.

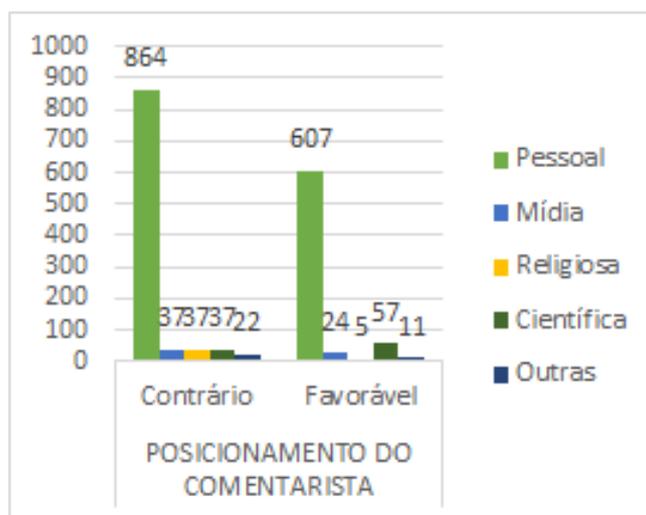
Daí chegamos à terceira hipótese de pesquisa:

H3.1 - A presença da racionalidade nas conversações não tem correlação com o ambiente em que elas ocorrem, mas com a tomada de partido do indivíduo.

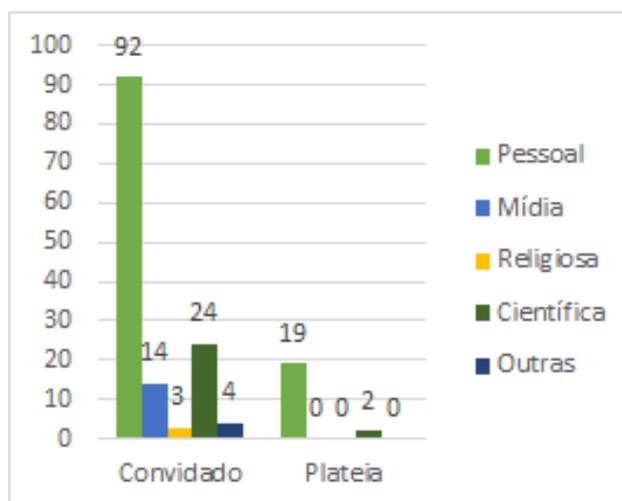
Aqui, porém, nos deparamos com uma lacuna no protocolo metodológico: na conversação presencial que ocorre em formato de audiência, o montante de fala dos indivíduos é muito superior ao montante de fala daqueles que participam das discussões on-line. Ainda que a unitarização tenha sido realizada de forma a subdividir tais falas justamente para possibilitar a comparação com falas mais curtas, no caso específico da medição da racionalidade, entendemos que o indivíduo pode justificar seu posicionamento somente em um breve momento de sua participação, e isso não pode implicar na inferência de ausência de justificativa em todo o resto do tempo. Daí concluímos que, para essa variável, a comparação só é possível se realizada em conversações presenciais que assumam formatos com maior presença de interlocução, como, por exemplo, o grupo focal. É objetivo de continuidade desta pesquisa a realização de grupos focais mistos, tanto em gênero quanto em posicionamento, para confirmarmos a hipótese levantada e superarmos o problema apontado.

Complementarmente, notamos também que a principal fonte (V7) dessas justificativas é pessoal, mesmo nas falas dos especialistas, o que pode ser observado nos Gráficos 6 e 7:

Gráfico 6: Fonte (on-line)



Fonte: Próprios autores.

Gráfico 7: Fonte (presencial)

Fonte: Próprios autores.

Então, ainda que uma parte significativa dos participantes ofereça justificativas racionais para sustentar suas opiniões, a maior parte delas reside em fontes frágeis que não podem ser comprovadas com base em fatos - o que vale tanto para os contrários, quanto para os favoráveis à descriminalização, no caso do corpus on-line. Daí advém mais uma hipótese que circunda a discussão da racionalidade:

H3.2 - A experiência adquirida por meio da vivência pessoal, caracterizada pelo senso comum ou pelo “achismo”, é o principal componente de embasamento das opiniões.

FORMA

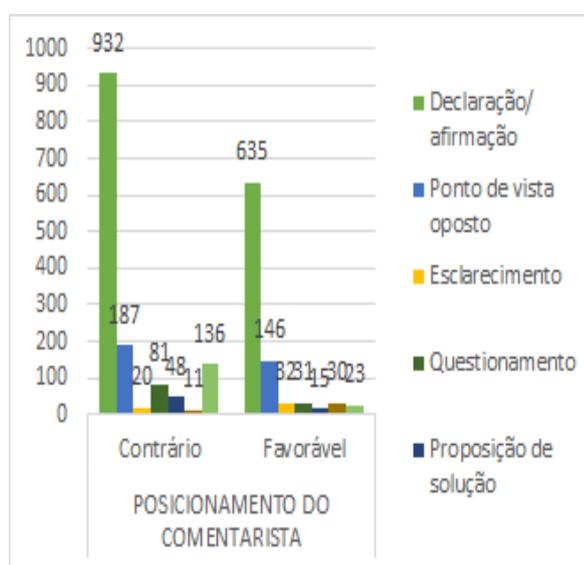
A partir daqui, as variáveis de análise centram-se nas estratégias comunicacionais mais presentes nas conversações políticas. A forma (V8) ocupa-se em identificar a estrutura do comentário e mede, além do engajamento (que seria indicado pela presença de *ponto de vista oposto* e *esclarecimento*) e da reflexividade (indicada pela presença de *ponto de vista oposto* e *questionamento*), também a disposição para o conflito e para a tomada de decisões (indicada pela *proposição de solução* e pela *chamada para a ação*).

Como mostram os Gráficos 8 e 9, em todos os casos a *declaração/afirmação* é a principal forma assumida pelas falas e comentários. Na conversação on-line, quase não há *esclarecimento*, *questionamento*, *proposição de solução* e *chamada para a ação*. O *ponto de vista oposto* aparece em segundo lugar, mas bastante atrás da *declaração/afirmação*. A principal diferença entre os contrários e os favoráveis é que os contrários são mais dispostos ao *conflito*. Esse resultado corresponde ao encontrado em artigo

anterior, que fez uso da mesma metodologia para analisar os comentários de brasileiros sobre a descriminalização do aborto na Argentina (RIZZOTTO; BELIN, 2019).

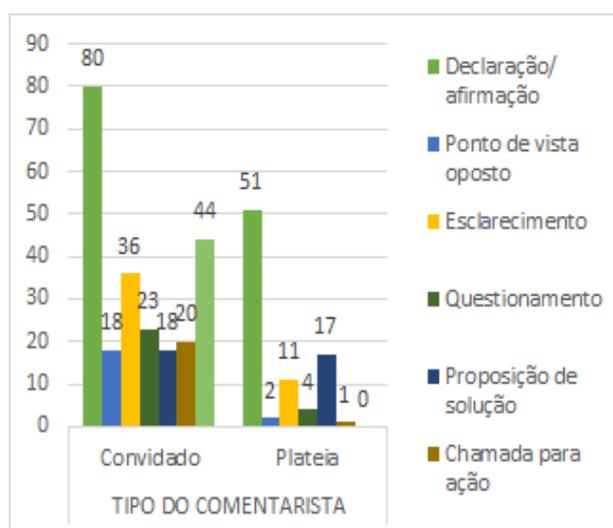
Na conversação presencial, os índices de *esclarecimento*, *questionamento*, *proposição de solução* e *chamada para a ação* são superiores em relação à on-line. O *ponto de vista oposto* aparece pouco, o que pode ser explicado pela presença exclusiva de sujeitos com posicionamento convergente. Chama atenção que o índice de *conflito* é bastante alto entre os convidados, sendo ainda maior do que nas conversações on-line.

Gráfico 8: Forma (on-line)



Fonte: Próprios autores.

Gráfico 9: Forma (presencial)



Fonte: Próprios autores.

Dessa forma, levantamos as seguintes hipóteses:

H4 - Nas conversações face a face há maior engajamento, reflexividade e disposição para tomada de decisões do que nas conversações on-line.

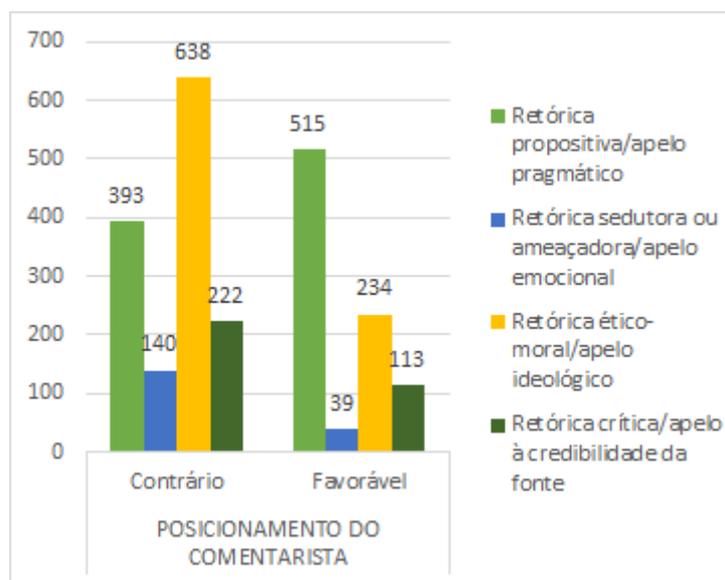
H5 - A disposição para o conflito não está relacionada com o anonimato proporcionado pelo ambiente on-line, mas com a inaptidão dos indivíduos para suportar contendas.

ESTRATÉGIA RETÓRICA

A estratégia retórica (V9) reflete o apelo empregado pelos sujeitos na elaboração de seus discursos. Pode ser *propositiva*, quando o comentário trata de consequências práticas; *sedutora/ameaçadora*, quando busca convencer o interlocutor por meio da persuasão; ético-moral, quando o comentarista baseia seu discurso na percepção do certo e errado ou *crítica*, quando o comentário tece uma crítica focada nos sujeitos aos quais se opõem.

Na conversação on-line, a presença das estratégias foi registrada na seguinte ordem: em primeiro lugar, a estratégia *propositiva* (40,9%), seguida da estratégia ético-moral (32,2%), *crítica* (19,8%) e *sedutora/ameaçadora* (6,9%). Na presencial, a mesma lógica se repetiu: estratégia *propositiva* (36,4%), ético-moral (24,2%), *crítica* (19,9%) e *sedutora/ameaçadora* (19,4%). A diferença mais significativa entre um e outro ambiente é que o discurso emocional foi mais presente no debate face a face.

Cruzando essa variável com a variável independente de posicionamento, indo também ao encontro dos resultados de pesquisa anterior (RIZZOTTO; BELIN, 2019), os dados mostram uma diferença entre os apelos mobilizados pelos indivíduos com posicionamentos distintos: o principal apelo utilizado pelos indivíduos contrários é o ético-moral, enquanto os favoráveis mobilizam sobretudo a retórica *propositiva*, como mostrado no Gráfico 10. Entretanto, no corpus presencial, os indivíduos eram todos contrários e mesmo assim a retórica *propositiva* foi a mais habitual.

Gráfico 10: Estratégia (on-line)

Fonte: Próprios autores.

Deduzimos daí a sexta hipótese de pesquisa:

H6 - Em comparação com a conversação on-line, aquela que ocorre face a face suscita um maior uso do discurso emocional.

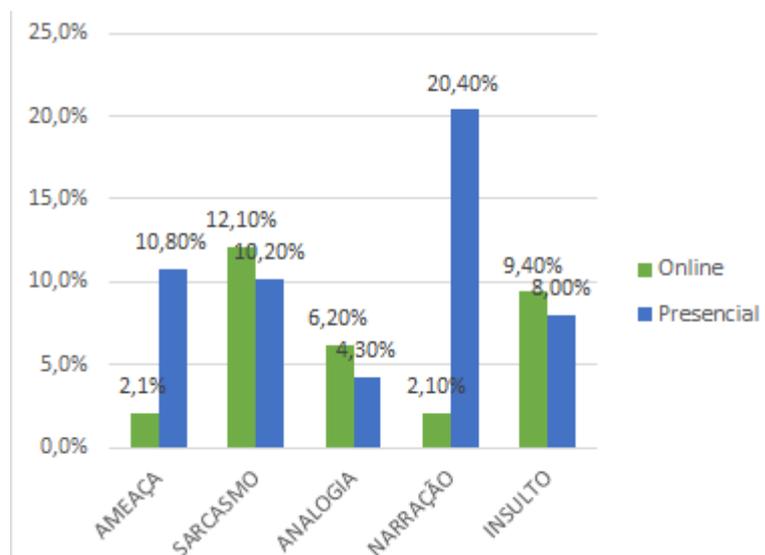
RECURSOS ARGUMENTATIVOS

Os recursos argumentativos compreendem variáveis binárias que registram os esquemas comunicacionais que os indivíduos empregam na construção de seus discursos de oposição. Para construir essas variáveis, partimos da narração enquanto um modo de comunicação, com base em Iris Young (2001), que a defende como uma forma de dar voz a sujeitos que frequentemente são excluídos da tomada de decisões políticas, possibilitando o entendimento entre participantes que possuem diferentes experiências e valores. Entendendo a narração enquanto uma técnica, um artifício, buscamos por meio de uma leitura prévia do corpus geral quais eram os outros artifícios comunicacionais que também se faziam presentes nas discussões on-line e chegamos aos seguintes: ameaça, sarcasmo, analogia e insulto.

A presença dos cinco recursos nas conversações mediadas pela internet foi significativamente menor do que a esperada: sarcasmo (12%), insulto (9,3%), analogia (6,2%), narração (2,1%) e ameaça (2%). Na presencial as frequências são bastante diferentes:

narração (20,2%), ameaça (10,7%), sarcasmo (10,1%), insulto (7,9%) e analogia (4,2%). No Gráfico 11, a comparação fica mais visível:

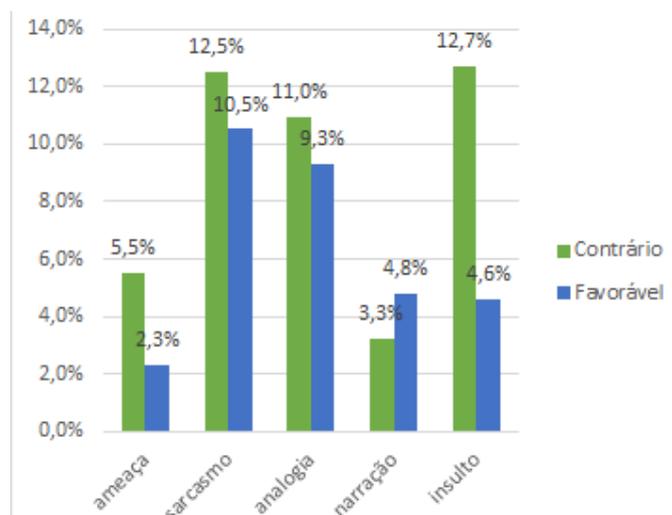
Gráfico 11: Recursos argumentativos (on-line x presencial)



Fonte: Próprios autores.

Chama a atenção a presença de insultos mesmo na conversação face a face e na ausência de um “oponente”, bem como a frequência superior da ameaça e da narração nesse ambiente. Observando esses dados em paralelo com o cruzamento dos recursos presentes no espaço on-line com a variável independente de posicionamento - que mostra que os contrários à descriminalização utilizam mais correntemente a ameaça e o insulto (conforme Gráfico 12), ambos vistos como recursos ligados à agressividade - elaboramos nossas últimas duas hipóteses de pesquisa:

Gráfico 12: Recursos argumentativos (on-line)



Fonte: Próprios autores.

H7 - Os indivíduos conservadores são mais agressivos na formulação de seus pontos de vista.

H8 - Os participantes de conversações presenciais são mais propensos a compartilhar testemunhos e histórias de vida.

Por fim, após a análise dos dados, entendemos que outros artifícios argumentativos, além dos cinco citados, podem se fazer presentes na troca de argumentos entre os indivíduos e devem também ser considerados no protocolo metodológico aqui descrito - como o humor, a chantagem e o assédio, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da comparação de diferentes ambientes de conversação política - um presencial, proveniente de uma audiência pública, e outro on-line, advindo de três plataformas distintas de redes sociais digitais - este artigo buscou discutir as características das conversações sobre o tema do aborto nessas arenas distintas e, secundariamente, avaliar a aplicabilidade do protocolo metodológico para análise de conversações on-line proposto por Rizzotto (2018) também a um corpus presencial.

A análise de conteúdo pautada em 14 variáveis baseadas na teoria deliberacionista permitiu observar que, em ambos os conjuntos de dados observados, os homens falam mais do que as mulheres, posicionando-se, nas conversações on-line, mais contrários do que as mulheres à pauta da descriminalização. Também comum aos dois *corpora* é o fato de que pessoas que se posicionam favoravelmente apresentam argumentos estruturais, ou seja, diretamente relacionadas à discussão da descriminalização, enquanto as contrárias utilizam argumentos relacionais, ou seja, apenas tangenciais ao tema.

Em ambos os casos, tanto no corpus presencial quanto on-line, os indivíduos fazem maior uso de argumentos justificados apenas na experiência ou opinião pessoal, porém, quando o debate é intermediado pela internet, há maior uso de recursos argumentativos como o sarcasmo, as analogias e o insulto.

Outro aspecto comum a ambos é a estratégia retórica, que, nos dois espaços, segue a lógica de se apresentar como principalmente propositiva, ético-moral, crítica e sedutora/ameaçadora. Contudo, quando observado o cruzamento com os posicionamentos dos indivíduos, percebe-se que, na internet, aqueles contrários à descriminalização acionam em maior número a estratégia ético-moral.

Alguns indicativos encontrados na análise levaram a novas perguntas e à elaboração de nove hipóteses relacionadas às características da interação que acontece nas redes sociais on-line e nas audiências públicas off-line quando se trata de assuntos polêmicos como a despenalização do aborto. A partir dos resultados comparativos encontrados, é possível inferir, por exemplo, que nas conversações face a face sobre descriminalização do aborto os sujeitos se engajam mais e são muito mais calcados em suas próprias experiências, frequentemente com apelo emocional.

Consideramos, portanto, que o protocolo metodológico atende às necessidades de análise tanto de conversações on-line quanto presenciais, porém pode trazer alguns desafios. Um deles é o da unitarização do corpus presencial, que demandou a segmentação das falas da audiência pública em trechos menores possíveis de serem observados. Essa opção metodológica influencia especialmente o critério da racionalidade nas conversas presenciais, já que a justificativa do posicionamento acaba aparecendo apenas em um determinado momento da fala dos sujeitos, não estando visível no restante dela.

Caminhos possíveis para avançar no teste de aplicabilidade desta pesquisa incluem o aprimoramento da questão da unitarização, de forma a contemplar a aplicação desse critério de maneira mais ampla. Uma forma de orientar essa questão seria a realização de grupos focais mistos, formados por sujeitos de diferentes gêneros e posicionamentos, para que possa ser confirmada a hipótese H3.1, a respeito da racionalidade.

REFERÊNCIAS

BÄCHTIGER, André; DRYZEK, John; MANSBRIDGE, Jane; WARREN, Mark. Deliberative democracy: an introduction. *In*: BÄCHTIGER, André; DRYZEK, John; MANSBRIDGE, Jane; WARREN, Mark. **The Oxford handbook of deliberative democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 1-32.

BRASIL. Lei n. 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1o do art. 102 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 6 dez. 1999.

DRYZEK, John S. **Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DRYZEK, John S. Theory, Evidence and the Tasks of Deliberation. *In*: ROSENBERG, S.W. (Org.). **Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?** New York: Palgrave Macmillan, 2007.

- LIAKOPOULOS, Miltos. Análise argumentativa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 218-243.
- MAIA, Rousiley C. M. Conversação cotidiana e deliberação. *In*: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. pp. 195-219.
- MAIA, Rousiley C. M. **Deliberation, the media and political talk**. New York: Hampton Press Inc., 2012.
- MAIA, Rousiley C. M.; ROSSINI, Patrícia G. C.; OLIVEIRA, Vanessa V.; OLIVEIRA, Alicianne G. de. Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 490-513, 2015.
- MAIA, Rousiley C. M.; REZENDE, Thaiane A. S. Respect and disrespect in deliberation across the networked media environment: examining multiple paths of political talk. **Journal of Computer-mediated Communication**, New Jersey, v. 21, n. 2, p. 121-139, 2016.
- MANSBRIDGE, Jane. Everyday talk in deliberative system. *In*: MACEDO, Stephen (ed.). **Deliberative politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 211-239.
- MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. *In*: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas - textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. pp. 207-237.
- MARQUES, Ângela C. S.; MENDONÇA, Ricardo F.; MAIA, Rousiley C. M. O sistema deliberativo e seus espaços discursivos: a articulação entre diferentes modos de comunicação. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. **Anais [...]**. Campinas: Galoá, 2007.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Deliberação on-line: uma avaliação de algumas propostas de mensuração. *In*: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (org.). **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 263-288.
- MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 271-292.
- RIZZOTTO, Carla. **Racionalidade versus histórias de vida: uma análise das estratégias comunicacionais deliberativas em debates polêmicos e polarizados**. [Projeto de pesquisa]. Processo no. 427677/2018-1. Chamada MCTIC/CNPq no 28/2018.
- RIZZOTTO, Carla; BELIN, Luciane. Debate além da fronteira: características deliberativas da conversação de brasileiros sobre a [não] descriminalização do aborto na Argentina. *In*: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 8., 2019, Brasília, DF. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Compolítica, 2019.
- SAMPAIO, Rafael Cardoso; MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Deliberações ampliadas ou restritas: perspectivas de integração. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 55, p. 203-229, 2011.

STROMER-GALLEY, Jennifer. Measuring deliberation's content: a coding scheme. *Journal of Public Deliberation*, Berlin, v. 3, n. 1, p. 1-35, 2007.

STROMER-GALLEY, Jennifer. New voices in the public sphere: a comparative analysis of interpersonal and online political talk. *Javnost - the Public*, Abingdon, v. 9, n. 2, p. 23-41, 2014.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: Souza, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, DF: UNB, 2001. p. 365-386.

NOTAS

- 1 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é um instrumento proposto no âmbito do Supremo Tribunal Federal para evitar ou reparar lesão a preceito ou preceitos fundamentais, resultante de ato do Poder Público (BRASIL, 1999). No caso da ADPF 442, o recurso não tem o objetivo de excluir artigos do Código Penal, mas de que sejam interpretados de modo condizente aos direitos das mulheres em sua aplicação.
- 2 Mesmo preferindo nos referir a este polo da discussão como “antiaborto”, por acreditar que a denominação “pró-vida” não contribua com as disputas eleitorais, político-partidárias ou argumentativas em torno do tema, esse tem sido o termo mais comumente relacionado à perspectiva religiosa, pela força e recorrência ao argumento em defesa da vida do *feto*.
- 3 Informações extraídas do site da ONG Center for Reproductive Rights, formada por especialistas, advogados e ativistas da luta pelo avanço dos direitos reprodutivos das mulheres. A organização mantém uma base de dados atualizada com o panorama das legislações em todos os países do mundo com acesso na Agência Brasil. Disponível em: <https://reproductiverights.org>. Acesso em: 02 set. 2019.
- 4 O livro de códigos completo e detalhado pode ser acessado em: <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/62>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- 5 Adaptada do Livro de Códigos Memes Políticos, elaborado pelo grupo de pesquisa Colab, da Universidade Federal Fluminense, disponível em: <http://www.museudememes.com.br/codebook/>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- 6 Vídeo 1 - Legalização do aborto | Mini saia | Saia justa. Disponível em: <https://bit.ly/3pcINEQ>. Acesso em: 13 jul. 2018. Vídeo 2 - Aborto legalizado no STF: isso, sim, é golpe. Disponível em: <https://bit.ly/2Tugq9e>. Acesso em: 10 ago. 2018. Vídeo 3 - Drauzio Varella explica posição sobre o aborto. Disponível em: <https://bit.ly/2S5T3T9>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- 7 El País, Deputados da Argentina aprovam a descriminalização do aborto. Disponível em: <https://bit.ly/34GSWjx>. Acesso em: 14 jun. 2018; Folha de São Paulo, Cresce apoio à descriminalização do aborto, aponta pesquisa DataFolha. Disponível em: <https://bit.ly/3yW2qW5>. Acesso em: 30 fev. 2017; Estadão, Daniel Barros: Aborto - há quem ainda ache que o direito à vida é absoluto? Disponível em: <https://bit.ly/2TDcWuV>. Acesso em: 07 ago. 2018; O Globo, Senado argentino rejeita legalização do aborto. Disponível em: <https://bit.ly/3z1qLtx>. Acesso em: 09 ago. 2018; Quebrando o Tabu, Jout Jout sobre o aborto. Disponível em: <https://bit.ly/2RZrQBI>. Acesso em: 07 ago. 2018; Catraca Livre, Inacreditável a reação de certas pessoas a uma jovem que morreu numa clínica de aborto. E ainda se dizem pró-vida. Disponível em: <https://bit.ly/3nYPH0b>. Acesso em: 26 fev. 2018.
- 8 O vídeo da audiência pública está disponível no YouTube, na íntegra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=93VQ4WTRiIU>. Acesso em: 03 set. 2019.

- 9 Sobre as audiências públicas, é necessário mencionar que além de não se caracterizarem como arenas tradicionalmente deliberativas, elas são marcadas, em grande medida, pela oralidade unilateral: expositores dispõem de certo tempo para compartilharem seus pontos de vista, cabendo a cada um definir suas estratégias de apresentação, seja ela a partir de dados técnicos, experiências de vida ou informações em geral. Contudo, em regra, são verificados poucos intervalos de interação entre expositores e plateia, o que pode incidir diretamente no resultado daquilo que se pretende analisar como conversação presencial.
- 10 Esse processo de unitarização foi realizado por um dos codificadores e confirmado por um segundo. O corpus presencial final é composto por 325 unidades de análise. Abaixo apresentamos três exemplos de unidades consecutivas do corpus em que é possível identificar o encadeamento de ideias (instrumentalização da ideologia em prol de uma agenda internacional // a quem a agenda serve // a finalidade da agenda):
“E aqui eu gostaria de diferenciar verdade de ideologia. Não se trata de uma ideologia. A defesa da vida não é uma questão ideológica. Como eu disse, a defesa da vida é uma questão de direito natural e é uma verdade, uma única verdade. Ideologia na verdade é quem produz a verdade. Ideólogos são aqueles que produzem a verdade como muito bem o doutor Raphael Câmara fez questão de mencionar. Eles tentam camuflar dados, manipular os dados, para promover uma agenda que é internacional.”
“E a quem serve essa agenda? A quem serve a promoção da cultura da morte? Serve, claro, como também disse e reforçou o Doutor Raphael Câmara, às grandes fundações internacionais. Os organismos internacionais, que são multimilionários. Servem a estes, que instrumentalizam pessoas e grupos para promoverem, sim, esse projeto político ideológico. Um projeto de poder.”
“E com que finalidade? Qual é o objetivo disso? Um controle populacional e comportamental.”
- 11 Todos os cruzamentos foram submetidos a testes de resíduo padronizado visando perceber os outliers dentro do corpus em conjunto com o qui-quadrado para verificar a existência de relação de dependência entre as variáveis.
- 12 Todos os cruzamentos do corpus on-line apresentaram significância de 95% nos testes de qui-quadrado, enquanto pelo pequeno número de casos do corpus presencial, poucos cruzamentos obtiveram essa mesma significância. São necessários testes mais robustos para verificar correlações estatísticas entre as variáveis e os dados.
- 13 Só foi possível determinar o gênero do comentarista nos comentários realizados na plataforma Youtube; portanto, nos cruzamentos realizados tendo essa variável como base, não é contabilizado o corpus total. Ainda assim, a partir desses comentários é possível proceder com a análise comparativa entre as estratégias mobilizadas por homens e mulheres em diferentes ambientes.
- 14 Qui-quadrado de Pearson: 14,970; gl: 1; sig: ,000.
- 15 Como em “O que as pessoas não conseguem entender é que ninguém nesse mundo é a favor de um ato triste e traumático como o aborto. O problema é que ele já acontece é que as mulheres pobres morrem em clínicas clandestinas. Criminalizar é somente tapar o sol com a peneira.”
- 16 Como em “Luciana, então você também defende o assassinato de doentes? De pessoas em coma? De fracos? Essas pessoas não podem se defender. O que você defende é pura covardia.”
- 17 Como em “Nunca um assassinato de um inocente será justificável. Aborto é assassinato.”
- 18 Como em “Meu bem... Não estamos falando de prazer. E sim de gravidez indesejada. Aprenda interpretar melhor, seu idiota!”
- 19 Qui-quadrado de Pearson: 199,686; gl: 3; sig: ,000.

Artigo recebido em: 20 de março de 2020.

Artigo aceito em: 17 de setembro de 2021.